

BASES TEÓRICAS PARA A ETNOGRAFIA EM PRISÕES

THEORETICAL BASES FOR ETHNOGRAPHY IN PRISONS

Resumo

Este artigo consiste em uma exposição de abordagens teóricas das Ciências Sociais que podem servir como guia para nortear a incursão etnográfica em prisões, principalmente em estudos que privilegiam a observação das interações sociais entre os habitantes dessas instituições. As discussões aqui apresentadas se dão em torno dos conceitos clássicos da Antropologia, do interacionismo simbólico de Erving Goffman e da análise do discurso de Michel Pêcheux, e têm como objetivo apresentar caminhos possíveis para estudiosos que buscam compreender o mundo pelos olhos de quem está por trás das grades. Ao final, são apresentadas questões éticas que permeiam as várias etapas da etnografia na prisão, com a apresentação de situações reais ocorridas em campo.

Palavras-chave: Interacionismo. Antropologia. Análise do discurso. Prisões. Encarceramento.

Abstract

This article consists of an exposition of theoretical approaches of Social Sciences that can serve as a guide for the ethnographic incursion in prisons, mainly in studies that privilege the observation of social interactions between the inhabitants of these institutions. The discussions presented here take place around the classic concepts of anthropology, of Erving Goffman's symbolic interactionism, and of the analysis of Michel Pêcheux's discourse and aim to present possible paths for scholars who seek to understand the world through the eyes of those behind the bars. At the end, it presents ethical questions that permeate the various stages of ethnography in prison by presenting real situations occurring in the field.

Keywords: Interactionism. Anthropology. Speech analysis. Prisons. Incarceration.

¹ Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Pesquisadora do Laboratório de Antropologia Visual e Documentário (LAVIDOC/UFJF). E-mail: idalinadecarvalho@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O presente artigo traz uma discussão teórica sobre a experiência etnográfica vivida por mim no Presídio de Cataguases (MG), no ano de 2016, como parte da pesquisa de mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2015-2017), que lançou luz sobre a influência do discurso religioso sobre a ressignificação do eu de homens encarcerados. Ao apresentar, de forma resumida, as teorias que guiaram a etnografia citada, o objetivo é contribuir para a construção de mais um caminho possível, entre outros, para orientar os estudos sobre o cárcere.

A atuação como professora de Filosofia, Sociologia e Arte (2012-2013) no Núcleo Escolar do referido presídio foi o que despertou em mim o desejo de conhecer a trajetória de vida dos meus alunos e as questões que envolviam o encarceramento. Assim, durante meu segundo ano de atuação profissional na escola, desenvolvi, paralelamente, minha pesquisa de especialização, que teve como sujeitos os alunos da escola prisional, trabalho publicado posteriormente em livro intitulado *Criminalizar para punir: a dinâmica de neutralização da juventude pobre e negra no Brasil* (NUNES, 2017).

Organizei também, no período em que atuei como professora de educação prisional, uma antologia poética reunindo poemas produzidos em sala de aula por 47 alunos. O livro *Poetas da Liberdade* (NUNES, 2013) teve grande repercussão na mídia e nos órgãos do setor de Segurança Pública de Minas Gerais, com lançamento e sessão de autógrafos dos poetas no salão nobre do Colégio Cataguases.

Em 2015, ao iniciar o mestrado em Ciências Sociais, os sujeitos já não eram apenas os alunos da escola prisional, mas toda a população carcerária do presídio de Cataguases. E a questão a que se buscava responder era: qual a influência do discurso religioso sobre a ressignificação do “eu” dos homens privados de liberdade? Alguns poemas do livro acima citado foram analisados na dissertação de mestrado e novamente neste breve estudo, sob a égide teórica da análise do discurso de Michel Pêcheux (1995). Aliás, o presente artigo consiste em parte de um capítulo que foi excluído da dissertação de mestrado, em razão da necessidade de enxugar o texto, que ultrapassava muito o número de páginas recomendado pelo orientador. Para esta publicação, ele foi acrescido de experiências etnográficas também não relatadas na versão final da dissertação.

AS GALERIAS DO PRESÍDIO

Com a exceção de casos em que o pesquisador seja funcionário da instituição prisional ou de algum órgão que atue diretamente no contato com a direção do presídio, geralmente, conseguir autorização para realizar uma pesquisa dentro da prisão pode consistir num processo lento que, algumas vezes, pode até chegar a uma resposta negativa ao final. A presença de uma pessoa estranha às portas das celas requer uma mudança radical na rotina do presídio, a começar pela disponibilização de agentes penitenciários que atuem exclusivamente no acompanhamento da referida pessoa, seja ela um pesquisador ou qualquer outra pessoa que preste algum tipo de atendimento no presídio. Garantir a integridade física de quem adentra as galerias é responsabilidade da direção do presídio, mas também consiste em uma grande preocupação a conduta ética de quem é autorizado a estar em contato com os indivíduos encarcerados. Diante desse quadro, é um procedimento comum que o pesquisador, antes de iniciar seu trabalho, receba uma série de orientações sobre as normas da instituição.

Há duas normas institucionais que devem ser cumpridas até mesmo para uma única visita, ainda que o pesquisador não tenha contato direto com os encarcerados: a primeira delas se refere ao uso de um vestuário adequado (especialmente no caso de visitantes do sexo feminino) e a segunda estabelece a proibição do porte de celulares, câmeras, gravadores ou quaisquer equipamentos eletrônicos, exceção feita ao uso de caixas de som e equipamentos usados pelos religiosos na realização de cultos no centro do pátio. Nesse caso, os equipamentos passam por um scanner, que detecta a possível presença de outros materiais no seu interior.

Assim, ao adentrar a prisão, o pesquisador deixa na portaria o seu celular, documento de identidade, pode também deixar sua bolsa ou mochila. Caso queira entrar com a bolsa, ela também deverá passar pelo scanner. O pesquisador ou pesquisadora será revistado numa sala por um agente penitenciário do sexo feminino ou masculino, de acordo com o sexo de quem passará pela revista e, a partir de então, fica autorizada a entrada com o acompanhamento de um agente de segurança designado exclusivamente para esse trabalho. É expressamente proibido atender pedidos dos homens encarcerados, especialmente no que se refere a intermediar a relação entre eles e suas famílias, envio de bilhetes ou recados, fornecimento de informações sobre fatos relacionados à área de interesse do acautelado no mundo além dos muros da prisão.

Uma vez dentro do presídio, o pesquisador, em seu trabalho etnográfico, pode se deparar com algumas dificuldades, como a imprevisibilidade de horá-

rios e as muitas interrupções que o trabalho sofre por conta da rotina própria da instituição. Durante a minha incursão nas galerias do presídio de Cataguases, entre os meses de junho a agosto de 2016, as maiores dificuldades nas conversas à porta das celas com os acautelados² consistiram na interrupção constante do trabalho em decorrência da necessidade de retirar homens de celas para atendimento médico, odontológico, jurídico e escolar. Todas as vezes que um acautelado vai sair da cela, há um procedimento de segurança que envolve a retirada de pessoas das galerias. Em algumas situações, foi necessário aguardar por mais de uma hora até retomar o trabalho. A permanência do agente ao meu lado na realização das entrevistas durante todo o tempo também gerava algum constrangimento, tanto para mim, enquanto pesquisadora, quanto para quem respondia às questões. Por último, houve uma situação bastante desagradável envolvendo um agente que havia sido designado para me acompanhar no trabalho de pesquisa. Visivelmente insatisfeito com minha presença, ele recomendava, repetidamente, que eu sintetizasse as perguntas e acelerasse o processo, pois o sol que entrava pelos corredores o estava incomodando. Recém aprovado no concurso para agente penitenciário, ele era proveniente de outro estado e estava há pouco tempo naquele presídio. Mostrava-se irritado e, definitivamente, parecia odiar os homens que estavam atrás das grades. Suportar a situação, permanecer até o final e voltar nos dias seguintes, sem mostrar alteração de voz ou de humor, consistiu em uma prova de resistência emocional para a continuidade da pesquisa.

A PRISÃO COMO INSTITUIÇÃO TOTAL

Ao situar esta etnografia no contexto em que está inserida, é preciso compreender o papel do etnógrafo no cenário da Antropologia, entendendo que não existe uma receita pronta para se realizar a etnografia, apesar da existência de manuais como o *Guia Prático de Antropologia*, publicado em 1874 por uma comissão do Real Instituto de Antropologia da Grã-Bretanha e da Irlanda, e o *Manual de Etnografia*, de Marcel Mauss (1947). A etnografia é uma experiência caracterizada pelo aspecto singular que considera as condições sócio-históricas, sem abrir mão do rigor metodológico e analítico por parte do antropólogo – o que a etnografia propõe são possibilidades teóricas novas ao campo epistemológico

2 Aqueles que vivem sob a tutela do Estado na prisão. Durante minha atuação como professora e no período da incursão etnográfica, ouvi muitas vezes os profissionais se referirem aos homens privados de liberdade dessa forma.

da Antropologia, ela consiste em um tipo de ação simbólica densa, caracterizada pela riqueza de reflexões epistemológicas.

A primeira consideração a se fazer no que se refere à etnografia em prisões é acerca da dificuldade em se permanecer por longo tempo no espaço do nativo, como nos moldes das etnografias que compõem o status da Antropologia. A partir dessa dificuldade, surge uma dúvida sobre a credibilidade científica das anotações feitas no diário de campo, já que o pouco tempo em campo impede que se consiga perceber de maneira menos superficial os conteúdos do não dito ou de captar inteiramente os olhares, os gestos e o sentido do que é dito.

Para que a pesquisa traga como conteúdo uma observação realmente científica, é importante tomar como um dos pontos norteadores a observação de Ruth Cardoso (2004, p. 103), segundo a qual, “Para conseguir essa façanha, sem se perder entrando pela ‘psicanálise amadorística’, é preciso ancorar as relações pessoais em seus contextos e estudar as condições sociais de produção do discurso. Do entrevistador e do entrevistado”. Cardoso ressalta que esse esforço “[...] não pode ser feito se não se coloca entre parênteses os grandes paradigmas interpretativos assim como os parâmetros usados pelos entrevistados para explicar o mundo [...]”. (CARDOSO, 2004, p. 103) O que ela recomenda é que o pesquisador busque compreender a realidade e não apenas as verdades que quer comprovar. Em se tratando de uma pesquisa que busca lançar um olhar sobre o cotidiano prisional, é necessário um aprofundamento do olhar sobre o discurso e as relações sociais dos homens privados de liberdade – é justamente esse aprofundamento do olhar que permite a compreensão do que se lê e se escreve.

Ao considerar tais recomendações, uma obra de referência para a orientação do olhar sobre as relações sociais dentro da prisão é *Manicômios, prisões e conventos*, de Erving Goffman (2019), que traz o conceito de “instituição total” para denominar essas instituições onde os indivíduos residem e trabalham ao mesmo tempo e que, “[...] separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada [...]”. (GOFFMAN, 2019, p. 11) A utilização desse conceito favorece a compreensão da dinâmica que leva o acautelado a se apropriar das normas para construir o seu mundo social dentro da cela, já que o objetivo da instituição total, ao retirá-lo do seu mundo originário, impedindo o seu contato com o mundo exterior, é justamente esse: levá-lo a absorver integralmente as regras da instituição, a fim de que ele possa ressignificar sua vida e mudar a sua trajetória. Goffman (2019) parte da premissa de que os indivíduos, antes de ingressarem na instituição total, trazem consigo um conhecimento prévio que, entretanto, é desconstruído no momento já do seu primeiro contato com os outros membros:

O novato chega ao estabelecimento com uma concepção de si mesmo que se tornou possível por algumas disposições sociais estáveis no seu mundo doméstico. Ao entrar, é imediatamente despido do apoio dado por tais disposições. Na linguagem exata de algumas de nossas mais antigas instituições totais, começa uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado. Começa a passar por algumas mudanças radicais em sua carreira moral, uma carreira composta pelas progressivas mudanças que ocorrem nas crenças que têm a seu respeito e a respeito dos outros que são significativos para ele. (GOFFMAN, 2019, p. 24)

A partir da consideração desse processo de “mortificação do eu” por que passam os que ingressam na prisão, a grande questão sobre a qual me debrucei na pesquisa de mestrado foi a busca de compreensão sobre a influência do discurso religioso sobre a forma como os homens encarcerados ressignificam o seu eu. Para isso, a etnografia buscou não apenas acompanhar e entrevistar os membros dos grupos religiosos durante os atendimentos semanais, mas, principalmente, conversar com os homens às portas das celas, individualmente e em grupo, para buscar perceber marcas do religioso na forma como se expressavam. Situar o presídio de Cataguases como uma “instituição total”, a partir da contextualização da obra de Goffman (2019), tornou possível a tentativa de perceber o que o encarcerado percebia quando relatava algo, tornou menos difícil a tarefa de buscar sentir o que aqueles homens sentiam quando descreviam o seu sentimento. Em outras palavras, compreender o presídio enquanto “instituição total” contribuiu grandemente para que eu pudesse interpretar, de uma maneira mais próxima do real, aquilo que eu vi, li, ouvi e observei durante o período em que estive dentro da instituição prisional.

Para construir conhecimento a partir do material produzido durante a incursão etnográfica no presídio de Cataguases foram utilizados diversos caminhos metodológicos que, partindo da pesquisa documental, se estenderam para questionários e entrevistas abertas com os diversos habitantes da instituição prisional: agentes penitenciários, psicólogas, assistentes sociais, diretores, agentes religiosos, professores e homens encarcerados. A reunião desse material permitiu uma compreensão, ainda que superficial, das relações existentes dentro da prisão, das condições sociais da produção do discurso (dos sujeitos da pesquisa, mas também da pesquisadora), favorecendo a identificação dos paradigmas interpretativos dos homens encarcerados e os parâmetros utilizados por eles para explicar o mundo.

É importante ressaltar que, na etnografia realizada na prisão, as observações das celas, dos corpos, dos semblantes, do silêncio, dos cheiros e do espaço – tudo isso é de extrema relevância, porque permite uma descrição de percepções que ultrapassam o ouvir e o ver. Ruth Cardoso considera que o ato de observar é uma ação capaz de “[...] contar, descrever e situar os fatos únicos e os cotidianos, construindo cadeias de significação [...]” (CARDOSO, 2004, p. 103) e, para situar os fatos únicos e cotidianos, é necessário ir além do que foi dito ou visto, é preciso entrar no campo do que pode ser percebido de outras formas. É por meio desse olhar atento e aprofundado do pesquisador sobre o contexto da pesquisa que se torna possível a construção das cadeias de significação e do estranhamento imprescindível para que se possa reconhecer regularidades para a posterior separação das categorias, o que trará algumas ou várias das respostas buscadas ou, ainda, que façam surgir outras questões que quebrem a estrutura das hipóteses levadas a campo.

Assim, a partir do momento em que foram reunidos os textos escritos no diário de campo e as entrevistas já transcritas, foi preciso critério para a seleção do material, considerando até mesmo aquilo que parecia irrelevante, seguindo a recomendação de Malinowski em *Argonautas do pacífico ocidental* (1978), segundo o qual “O etnógrafo de campo deve analisar com seriedade e moderação todos os fenômenos que caracterizam cada aspecto da cultura tribal sem privilegiar aqueles que lhe causam admiração ou estranheza em detrimento dos fatos comuns e rotineiros”. (MALINOWSKI, 1978, p. 24) Ou seja, todo material é relevante para o etnógrafo, pois nas falas aparentemente mais corriqueiras e sem maior significância talvez resida o elemento capaz de trazer sentido para a totalidade do material colhido, muitas vezes forçando o pesquisador até mesmo a mudar seus pontos de vista e a reconstruir suas hipóteses. E é nessa postura de disponibilidade para mudar o caminho da pesquisa que reside o valor científico da pesquisa. A esse respeito, Malinowski (1978, p. 22) destaca que “Se um homem parte numa expedição decidido a provar certas hipóteses e é incapaz de mudar seus pontos de vista constantemente, abandonando-os sem hesitar ante a pressão da evidência, sem dúvida seu trabalho será inútil [...]”. Ou seja, mesmo amparada por todas as orientações metodológicas, é importante reconhecer que não existe um guia seguro para o trabalho de campo, o esforço e o risco estão presentes na prática da etnografia.

Após a fase das anotações e da busca de regularidades ou de um fio condutor para guiar as análises, torna-se possível, por meio da leitura e releitura de todo o material colhido e de sua análise, captar a “sacada” que acontece, segundo Magnani (2009), quando, ao analisar o material coletado, percebe-se algum

acontecimento – corriqueiro ou não – que dá um rumo para a pesquisa. Para se captar esse detalhe, é preciso permanecer com a atenção viva em campo pois, de acordo com ele, “Não é a obsessão pelo acúmulo de detalhes que caracteriza a etnografia, mas a atenção que se lhes dá: em algum momento os fragmentos podem arranjar-se num todo que oferece a pista para um novo entendimento [...]”. (MAGNANI, 2009, p. 136)

AS RELAÇÕES NO CÁRCERE SOB O OLHAR INTERACIONISTA DE GOFFMAN

O papel do interacionismo simbólico nas Ciências Sociais é promover a emergência do indivíduo como o intérprete do mundo e, para isso, apresenta uma metodologia que privilegia sua visão de mundo. É importante iniciar esta explanação lançando luz sobre a sua gênese, elucidando as correntes teóricas e estudiosos que exerceram influência no seu surgimento, entre os quais Georg Herbert Mead se configura como o principal precursor, aquele que inspirou o surgimento do interacionismo. É igualmente importante citar Herbert Blumer (1980), aluno de Mead e membro da Escola Sociológica de Chicago na década de 1930, responsável pela formulação das primeiras teorias do interacionismo simbólico, empregando princípios e conceitos da psicologia social de seu mestre no estudo do comportamento coletivo. De acordo do Joas (1999), Blumer foi quem cunhou, em 1938, o nome para essa linha de pesquisa da sociologia e sociopsicologia, cujo “[...] enfoque são os processos de interação – ação social caracterizada por uma orientação imediatamente recíproca –, ao passo que o exame desses processos se baseia num conceito específico de interação que privilegia o caráter simbólico da ação social [...]”. (JOAS, 1999, p. 130) Blumer (1980) fundamentou o interacionismo sobre três premissas:

A primeira estabelece que os seres humanos agem em relação ao mundo fundamentando-se nos significados que este lhes oferece. Tais elementos abrangem tudo o que é possível ao homem observar em seu universo – objetos físicos, como árvores ou cadeiras; outras pessoas, como mães ou balconistas de loja; categorias de seres humanos, como amigos ou inimigos; instituições, como escolas ou o governo; ideais norteadores, como independência individual ou honestidade; atividades alheias, como ordens ou solicitações de outrem –, além das situações com que o indivíduo se depara em seu dia-a-dia. A segunda premissa consiste no fato de os significados de tais elementos serem provenientes da ou provocados pela interação social que se mantém com as demais pessoas. A terceira premissa reza que tais significados

são manipulados por um processo interpretativo (e por este modificados), utilizado pela pessoa ao se relacionar com os elementos com que entra em contato. (BLUMER, 1980, p. 119)

Em outras palavras, Blumer indica em sua primeira premissa que a maneira como uma pessoa interpreta os fatos e atua diante de outras pessoas ou coisas vai depender diretamente da maneira como ela significa tais pessoas ou coisas. A segunda das premissas destaca que esse significado é, contudo, produzido a partir dos processos de interação social; e, por último, Blumer ressalta que esses significados construídos pelas pessoas podem sofrer transformações ao longo do tempo. O pensamento e a linguagem, assim, estão em interação constante e recíproca com as três premissas e o pensamento tem a capacidade de modificar as interpretações, ao passo que a linguagem – tanto verbal quanto a gestual – se mostra como um recurso que as pessoas utilizam para interagir socialmente. A partir das premissas, pode-se compreender um quadro onde a ação dos atores tem origem na significação, que essa significação tem origem na interação social e que, a partir do momento em que os atores empregam as significações em suas interações sociais, as significações são transformadas. Consistindo em um dos elementos essenciais de que o interacionismo se utiliza para compreender o comportamento humano e as interações e processos que o envolve, o significado consiste, desta forma, num produto social, um tipo de criação que provém das ações das pessoas enquanto elas interagem. (BLUMER, 1980)

De acordo com Joas (1999), Blumer desenvolve, a partir das três premissas, um esquema analítico da conduta individual e da sociedade, tendo como tema central os processos de interação social, examinados com base num conceito específico de “interação” que enfoca o caráter simbólico da ação. Segundo ele, para Blumer o protótipo de relação social não consiste na apresentação de regras e leis fixas, mas, na sua construção dentro das relações, de maneira recíproca e conjunta, sendo, assim, estabelecidas. E o protótipo de relação social para ele são relações abertas que dependem de reconhecimento contínuo dos indivíduos do grupo social para sobreviverem. (JOAS, 1999) Blumer deu seguimento às ideias de Mead durante o tempo em que atuou como professor de Psicologia Social na Universidade de Chicago, mas fez ressalvas às suas ideias, principalmente quanto à compreensão do indivíduo como entidade determinante da ação e à relevância da observação como procedimento metodológico principal.

Erving Goffman, aluno de Blumer na Universidade de Chicago nos anos 1940, por sua vez, deu seguimento aos estudos de seu mestre. Goffman se tornou um dos principais representantes do interacionismo simbólico, embora nunca

tenha se considerado como tal. Nas teorias criadas por ele, compara a vida social com o teatro, espaço onde indivíduos assumem papéis sociais que se modificam de acordo com as situações.

Para analisar as observações anotadas por mim no diário de campo, para compreender as relações presenciadas por mim entre os homens por trás das celas e os agentes religiosos, lancei mão de alguns livros de Goffman, a começar pela obra *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face* (2011), que, a partir do conceito de “face”, direcionou a minha atenção para a autoimagem que o acautelado buscava assumir para interagir dentro do ambiente prisional, buscando ter uma melhor posição diante do seu grupo. De acordo com ele,

Quando essa definição do eu é ameaçada, o indivíduo tipicamente retrai a atenção da interação num esforço apressado para corrigir o incidente que ocorreu. Se o incidente ameaça aumentar sua posição na interação, a fuga para a consciência de si mesmo pode ser uma forma de regozijo; se o incidente ameaça rebaixar sua posição e danificar ou desacreditar sua autoimagem de alguma forma, então a fuga para a consciência de si mesmo pode ser uma forma de proteger o eu e assoprar suas feridas. Enquanto fonte de consciência de si mesmo, a ameaça da perda parece ser mais importante e comum do que a ameaça de ganho. (GOFFMAN, 2011, p. 115-116)

Ou seja, a partir do momento em que o indivíduo constrói uma autoimagem positiva para se relacionar com outros do grupo, ele vai buscar mantê-la e viver coerentemente de acordo com ela dentro do grupo, a fim de não correr o risco de ser constrangido e desacreditado. Transcrevo abaixo uma dentre todas as anotações que fiz no diário de campo sobre o atendimento religioso da Pastoral Carcerária Católica ao presídio de Cataguases. A situação exemplifica bem a questão da construção da autoimagem de um acautelado diante do grupo de religiosos e dos colegas de cela, e apresenta a elevação e o rebaixamento da sua posição, a partir das interações que ocorrem dentro e fora das celas:

Na galeria direita, que abriga as celas pares, procurei transitar pela frente das celas para observar os que se dirigiam para as grades para receber atendimento. Na cela 16 todos dormiam, apenas um acautelado veio para a frente. Nas outras celas, uma média de 2 a 4 homens foram para as grades. Decidi acompanhar a senhora Antonieta, que seguiu a mesma dinâmica: chegou, cumprimentou os acautelados e solicitou que alguém fizesse a leitura do texto bíblico. Todos buscavam se esquivar da tarefa até que um deles se propôs a ler a passagem selecionada para aquele encontro, presente no folheto da missa dominical católica, a “Leitura da Primeira Carta de São Paulo aos Coríntios”. O homem leu com muita propriedade o texto, mas, quando dona Antonieta solicitou, ao final da leitura, que ele dissesse o que havia entendido da passagem bíblica, houve um constran-

gimento muito grande. A situação se assemelhava a uma arguição oral em sala de aula e, diante da dificuldade do acautelado, um colega de cela teve uma crise de riso, uma deliciosa crise de riso, descontraída, leve, divertida. O leitor, que aparentava ter em torno de 35 anos, buscou reler o texto e dizer algo que o salvasse daquela situação, já irritado com os risos do colega, que não cessavam. Construiu uma frase que pouco dizia da leitura e perguntou à senhora Antonieta: é isso, eu acertei? Ela não respondeu, o que aumentou o constrangimento. Mesmo eu, que tenho facilidade em compreender o que leio, senti dificuldade em entender a mensagem que aquela leitura passava. De qualquer forma, era preciso socorrer aquele homem e, também, era necessário auxiliar dona Antonieta, que não apresentara uma resposta para o acautelado. Perguntei a ela se eu poderia intervir e falar sobre a forma como eu traduzia aquela leitura para o cotidiano prisional. Ela acenou que, sim, com a cabeça e sorriu, satisfeita. Ao fim, não sabia se havia dito besteira ou não, mas eles gostaram.

Até então, eu me perguntava a razão pela qual o número de homens que participavam do atendimento católico era reduzido em relação aos que participavam do atendimento da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e dos cultos dos Agentes da Paz (da Catedral das Assembleias de Deus Ministério Madureira) realizados aos domingos no pátio. Abaixo da narrativa sobre o encontro daquela tarde de agosto (2016), apresentei a minha compreensão do fenômeno: tratava-se, na minha percepção da situação, de um retraimento como forma de evitar um possível rebaixamento de posição dentro do grupo, uma proteção à autoimagem que, numa situação como a que foi relatada, sofreu uma danificação.

Tenho a preocupação em não contabilizar um número aproximado dos que foram às portas das celas, mas o número é bem reduzido no atendimento católico. Isso, contudo, pode se dever ao fato de que as visitas acontecem no período da tarde, quando, geralmente, alguns gostam de dormir. Existe, porém, uma outra hipótese para essa interação menor com os agentes da Pastoral Carcerária Católica: a dinâmica do trabalho coloca em risco a imagem do acautelado, já que é ele quem faz a leitura e a explica. O receio de cometer uma falha na leitura ou de não conseguir interpretá-la, pode levá-lo a se tornar alvo de zombaria na cela. Para não correr o risco, alguns talvez prefiram fingir que dormem durante o atendimento católico.

Outro importante conceito de Goffman usado para compreender as interações que ocorrem dentro da prisão é o de “fachada”, apresentado por ele na obra *A representação do eu na vida cotidiana* (2002). Dentro do trabalho que desenvolvi durante o mestrado, busquei identificar a fachada que o acautelado desenvolvia para interagir com os membros dos grupos religiosos, tomando como

ponto de partida a analogia apresentada na obra, entre as relações sociais e as representações teatrais. Goffman inicia o prefácio de seu livro com uma explicação prévia da teoria que desenvolve na obra:

A perspectiva empregada neste relato é a da representação teatral. Os princípios de que parti são de caráter dramático. Considerarei a maneira pela qual o indivíduo apresenta, em situações comuns de trabalho, a si mesmo e as suas atividades às outras pessoas, os meios pelos quais dirige e regula a impressão que formam a seu respeito e as coisas que pode ou não fazer, enquanto realiza seu desempenho diante delas. (GOFFMAN, 2002, p. 9)

Goffman (2002) apresenta o mundo como uma representação teatral, onde cada pessoa atua como se fosse um ator, construindo sua personagem e representando de acordo com o grupo social e com as circunstâncias que estão diante dele no momento. A partir desse conceito, tornar-se possível lançar um olhar mais aprofundado sobre o ambiente prisional, com foco nas “fachadas” que são ali construídas.

Por outro lado, esse conhecimento possibilita aos homens encarcerados uma impressão inicial daqueles com quem vão interagir, o que os leva a montar estratégias de apresentação, com o objetivo de produzir uma determinada impressão inicial no outro. Agindo assim, os atores manipulam suas próprias ações com a finalidade de impressionar os outros atores que participam da interação – atores que se mantêm permanentemente na expectativa dos outros. Para compreender essa construção de fachadas, é importante, contudo, entender a personalidade como

[...] uma espécie de imagem, geralmente digna de crédito, que o indivíduo no palco e como personagem efetivamente tenta induzir os outros a terem a seu respeito. Embora essa imagem seja acolhida em relação ao indivíduo, de modo que lhe é atribuído uma personalidade, este “eu” não se origina de seu possuidor, mas da cena inteira de sua ação, sendo gerado por aquele atributo dos acontecimentos locais que os torna capazes de serem interpretados pelos observadores. [...] Este “eu” é um “produto” de uma cena que se verificou e, não, uma causa dela. Ao analisar o “eu”, então, somos arrastados para longe do seu possuidor, da pessoa que lucrará ou perderá mais em tê-lo, pois ele e seu corpo simplesmente fornecem o cabide no qual algo de uma construção colaborativa será pendurado por algum tempo. E os meios para produzir e manter os “eus” não residem no cabide. Na verdade, frequentemente esses meios estão aferrolhados nos estabelecimentos sociais. (GOFFMAN, 2002, p. 231)

Ou seja, a “face” de que fala Goffman não está situada na dimensão psíquica do indivíduo, mas na interação entre os indivíduos: na maneira como um

ator representa e interpreta seu papel é que a face emerge, ela provém dessas interpretações e representações. Em suma, a identidade transparece por meio da interpretação e por isso está sempre na dependência do outro e só por meio dos jogos de insinuações é que se torna possível identificar a face do outro. Outra obra de Goffman que também apresenta a questão da manipulação da identidade é *Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (1988), onde ele dá destaque às informações que os atores comunicam sobre eles próprios, dando enfoque à análise dos mecanismos.

Seguindo os passos teóricos de Durkheim acerca da gênese social dos sistemas de classificação, Goffman apresenta, na obra citada, o aspecto coletivo e social das maneiras como se constrói as classificações na sociedade, destacando que a sociedade é quem dita os meios de categorizar as pessoas, como também é ela que apresenta os atributos considerados comuns entre os membros de cada categoria. Ou seja, quando uma pessoa se depara com outra a partir de uma interação, naquele mesmo instante ela busca categorizá-la a partir das categorias do sistema que a sociedade usa para classificá-la; e essa classificação mantém uma dependência de elementos “estruturais” prévios e de representações que vão ganhar sentido no momento e no contexto da situação. Assim, a sociedade produz estereótipos de tipos sociais, determinando como os indivíduos devem agir para respeitar as expectativas que recaem sobre cada tipo social categorizado, ou seja, na interação face a face, acredita-se que o outro deva ter comportamentos coerentes com o seu tipo social. De acordo com Goffman (1988, p. 11),

Baseando-nos nessas pré-concepções, nós as transformamos em expectativas normativas, em exigências apresentadas de modo rigoroso. Caracteristicamente, ignoramos que fizemos tais exigências ou o que elas significam até que surge uma questão efetiva. Essas exigências são preenchidas? É nesse ponto, provavelmente, que percebemos que durante todo o tempo estivemos fazendo algumas afirmativas em relação àquilo que o indivíduo que está à nossa frente deveria ser.

Percebe-se, assim, que a utilização de “estigma” apresenta um cunho depreciativo, que concede ao indivíduo estigmatizado um atributo negativo. Entretanto, o termo não se refere a atributos, mas a uma linguagem de relações, ou seja, “Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto, ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso [...]”. (GOFFMAN, 1988, p. 12) Goffman classifica o estigma em três tipos: abominações do corpo, culpas de caráter e estigmas tribais de raça, nação e religião. No caso de presidiários, o estigma da segunda categoria é o que os atinge com maior

força, já que a punição decorre de faltas que colocam em questão diretamente o seu caráter diante das leis que regem a sociedade. Reunindo, porém, todos os tipos de estigma, nota-se que eles apresentam um predicado sociológico em comum, representado pelo indivíduo que, se não fosse aquele traço específico que chama a atenção e afasta as outras pessoas dele, seria aceito normalmente no grupo social. Ou seja, ele possui um dos três tipos de elementos que caracteriza o estigma e, por conta disso, todos os seus outros atributos, ainda que denotem uma personalidade brilhante, passam a ser ignorados ou destruídos.

Assim, a partir dessa breve exposição teórica, é possível perceber a sua importância para a observação das interações durante a incursão etnográfica em ambientes marcados pela forte tensão emocional como as prisões. Goffman (1988; 2002) busca em suas obras, compreender a influência de emoções e intenções nas interações que ocorrem na vida social. Especialmente em estudos que se dedicam a compreender relações sociais em “instituições totais”, a discussão acerca da representação do eu é de grande relevância e possibilita, através da perspectiva dramaturgica, a investigação das representações dos acautelados no cotidiano prisional, levando também à descoberta da maneira como eles compreendem a identidade social. As teorias aqui citadas podem contribuir para a construção de um roteiro, não apenas para o trabalho de campo, mas para a compreensão da aplicabilidade dessas teorias na prática e, conseqüentemente, para a escrita final da pesquisa.

A CONTRIBUIÇÃO DA ANÁLISE DO DISCURSO NA COMPREENSÃO DOS DITOS

É relativamente recente o interesse pelo “discurso” como objeto de pesquisa: nasceu na França, no final da década de 1960, com Michel Pêcheux, que, buscando na Psicologia Social os elementos para a análise, quis criar um espaço para desenvolver de maneira mais abrangente conceitos que estavam restritos apenas àquela área de estudo. Sua proposta era promover um confronto da Psicologia com outras ciências e, para iniciar seus estudos, elegeu a História, a Psicanálise e a Linguística. Ou seja, no entremeio das disciplinas, o discurso ficou situado como objeto de análise.

No Brasil, uma importante referência para os estudos da análise do discurso é Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi, introdutora das teorias pecheutianas no meio acadêmico brasileiro, no final dos anos 70. A partir de Orlandi (2005), torna-se possível expandir os princípios da análise do discurso francesa, contextualizando-a ao tempo e espaço em que se situa este estudo. Para articular a

análise do discurso, ela utiliza como conceitos o sujeito, o sentido e a ideologia, a partir dos quais, segundo ela, é possível conservar a interação entre o teórico e o político. Essa interação é que solidifica a interlocução entre o objeto, a teoria, a metodologia e a análise.

Para desenvolver sua teoria, Michel Pêcheux buscou ignorar a ideia de língua como um sistema, dando destaque à sua compreensão enquanto expressão material do discurso ideológico, já que aquele que profere o discurso está permanentemente sob a influência da ideologia. De acordo com ele, “[...] a língua se apresenta, assim, como a *base* comum de *processos* discursivos diferenciados, que estão compreendidos nela à medida que [...] os processos ideológicos simulam os processos científicos [...]”, e a discursividade, completa Pêcheux (1995, p. 91),

Não é a fala (*parole*), isto é, uma maneira individual “concreta” de habitar a “abstração” da língua; não se trata de um uso, de uma utilização ou da realização de uma função. Muito pelo contrário, a expressão *processo discursivo* visa explicitamente a recolocar em seu lugar (idealista) a noção de fala (*parole*) juntamente com o antropologismo psicologista que ela veicula.

Pêcheux (1995) busca confrontar o político e o simbólico por meio da historicidade, lançando uma compreensão do sentido como algo regulado por situações de tempo e espaço, ou seja, o discurso é visto como decorrente dos sentidos dos interlocutores, um objeto sócio-histórico que considera como pressuposto a Linguística. Dessa forma, considera-se que o discurso não é literal, o seu sentido é construído com a utilização de uma palavra que representa outra de maneira metafórica. Sendo assim, na leitura do discurso, o leitor que quiser interpretá-lo deve focar na compreensão do que o indivíduo diz em relação aos outros dizeres, ou seja, deve considerar a relação que existe – por trás do discurso – entre o sujeito, a linguagem e a história, contexto em que se faz presente o materialismo histórico de Marx. De acordo com Pêcheux, “[...] nessa medida, e especialmente no que diz respeito à ‘Semântica’, o estruturalismo linguístico não pode deixar de desembocar em um estruturalismo filosófico que tenta abarcar no explicável o resíduo inexplicável”. (PÊCHEUX, 1995, p. 23)

O ponto de partida para a teoria do discurso de Pêcheux é o reconhecimento da semântica como ponto nodal das contradições, mas também é importante considerar o fato de que a sua teoria do discurso se mostra totalmente inserida na Filosofia, já que considera o materialismo histórico de Marx como imprescindível para o seu desenvolvimento. E, dentro desse contexto, ‘sujeito’ e ‘sentido’ são os dois conceitos básicos para que se consiga chegar à compreensão do discurso. Buscar a noção de sentido, para ele, é distanciar-se da pers-

pectiva lógico-estrutural e se ligar na questão das classes sociais e no aspecto sócio-histórico. De acordo com Pêcheux, o sentido, tanto de uma simples palavra quanto de uma expressão ou uma proposição, inexistente dentro da própria palavra, expressão ou proposição e esse sentido surge sob a determinação das posições ideológicas que fazem parte do processo sócio-histórico, dentro do qual essas palavras, expressões ou proposições são construídas. Ou seja, tanto as palavras quanto as expressões proferidas mudam seu sentido de acordo com o posicionamento daquele que fala. Logo, para conseguir compreender o sentido do discurso, é preciso compreender que as palavras, expressões e proposições assumem um sentido em referência a determinada posição ideológica na qual estão inseridas. A partir dessa compreensão, Pêcheux explica a formação discursiva como aquilo que especifica o que pode ser dito e o que deve ser dito, considerando a posição dentro de uma conjuntura específica, determinada pelo estado da luta de classes. Ele explica que

[...] as palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas: retomando os termos que introduzimos acima e aplicando-os ao ponto específico da materialidade do discurso e do sentido, diremos que os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhe são correspondentes. (PÊCHEUX, 1995, p. 160-161)

Entende-se, assim, que o discurso corresponde a um tipo de “efeito de sentidos” entre os interlocutores – sentidos que não são livres, mas administrados, conforme as regularidades de que são compostos. A importância de tais questões metodológicas é que, embora a análise do discurso não seja constituída de uma metodologia específica, a partir do momento em que se utiliza esses elementos teóricos para realizar as análises, o pesquisador está, em verdade, levantando dispositivos metodológicos. O que o pesquisador faz na análise do discurso é promover, como dispositivo analítico, uma “exaustividade vertical”, levando em conta os objetivos de seu estudo. De acordo com a autora, essa exaustividade, “[...] em profundidade, leva a consequências teóricas relevantes e não trata os ‘dados’ como meras ilustrações. Trata de ‘fatos’ da linguagem com sua memória, sua espessura semântica, sua materialidade linguístico-discursiva [...]”. (ORLANDI, 2009, p. 62)

Dentro da minha pesquisa de mestrado, a análise do discurso pecheutiana foi um importante caminho para identificar as marcas do discurso religioso na fala dos acautelados. Essas marcas, algumas vezes, aparecem nos poemas que integram o livro *Poetas da Liberdade* (2013) em forma de negação das pro-

postas de reflexão levadas pelos grupos religiosos à porta das celas. A reflexão, segundo os religiosos, pode levar ao arrependimento e a uma mudança de conduta. O conflito diante da proposta religiosa e a reação negativa em relação a uma mudança de conduta no tempo presente aparece de forma muito clara no poema de L.F.S., que integra a antologia.

Reflexão

Às vezes penso na vida
porque meu destino é incerto
(com o passar do tempo eu posso ser correto).

Ninguém conhece o futuro,
mas o presente me pertence
(e o passado é meu antecedente).

(L.F.S., 2013, p. 41)

O título do poema sugere um exercício de pensamento recomendado repetidamente pelos grupos que prestam assistência religiosa no presídio: a reflexão. O objeto discursivo no poema está relacionado ao tempo: passado, presente e futuro, sob o viés moral. O poeta não desconsidera o discurso religioso e as propostas para uma mudança de rumo, mas não se compromete com essa mudança. Ele afirma (entre parênteses, como se estivesse falando muito baixo para não ser ouvido) que pode, futuramente, aceitar as regras sociais e viver de acordo com elas; mas deixa claro que isso pode acontecer ou não – é apenas uma possibilidade. Ao dizer: “com o passar do tempo eu posso ser correto”, ele afirma, em outras palavras: eu não sou correto, tenho uma vida errada. Sua autoimagem é de um ser livre, transgressor e seguro de si, mas, por outro lado, ainda que não se sujeite às leis e normas institucionais, ele não consegue se abster integralmente da dominação ideológica, passando a se significar como um pecador, um sujeito não correto, razão pela qual não consegue ter posse do seu tempo futuro, não consegue planejá-lo. Ou seja, sua autoimagem foi construída a partir de uma determinada ideologia que é reforçada no presente, através da sua interação com a equipe de segurança da unidade prisional, com os religiosos e com seu grupo social, dentro da cela.

Quanto ao tempo presente, a formulação objetiva e concisa de seu verso deixa claro que ele dirige a própria vida, que está fechado à ideia de submissão às regras sociais. Ele luta para se manter livre dentro da prisão, buscando preservar, talvez, a “autoimagem positiva” de homem não correto, que lhe garante status dentro da cela e na “quebrada”³ de onde possa ter vindo. Quando ele diz “o

3 Normalmente, essa gíria é utilizada para se referir às comunidades existentes nas periferias das cidades.

presente me pertence”, é claro na mensagem: mesmo encarcerado, ele se sente o único e exclusivo dono da própria vida e das suas atitudes. Escolheu esse caminho e pretende permanecer nele, pelo menos no tempo presente.

Vale ressaltar que, para se referir ao tempo passado, ele lança mão de uma terminologia criminal, apontando que o passado é o seu “antecedente”, ou seja, ele diz que seu passado consiste no que está anotado na sua ficha criminal, assujeitando-se, novamente, à visão ideológica de que ele foi um criminoso, porque transgrediu a lei, o que marca definitivamente a sua trajetória de vida pelos “antecedentes criminais”. A formação ideológica do discurso aponta claramente o menosprezo às questões morais e o elogio à liberdade de escolha do ser humano – mesmo que sua escolha seja a de trilhar o caminho “não correto”.

A partir dessa breve e superficial análise do poema *Reflexão*, do aluno L.F.S., torna-se possível perceber a importância da recomendação de Orlandi, segundo a qual o pesquisador deve estar atento ao captar as margens do discurso, levando em conta o seu aspecto heterogêneo, inconsistente e contraditório, em que “[...] uma mesma palavra, na mesma língua, significa diferentemente, dependendo da posição do sujeito e da inscrição do que diz em uma ou outra formação discursiva [...]”. (ORLANDI, 2009, p. 60) Embora o poeta não tenha citado uma única vez alguma palavra que remetesse ao discurso religioso, o poema inteiro apresenta o conflito interior e a reação contrária à ideia de conversão, de transformação interior.

Levando em consideração a incompletude dos discursos, a leitura deve focar na profundidade, buscando alcançar as posições que o sujeito assume, identificando dentro das regularidades encontradas no discurso, as imagens e lugares que o sujeito constrói. A partir dessa identificação, o trabalho de análise do discurso se processa por meio da relação do discurso com os recursos teóricos utilizados pelo pesquisador. Em suma, a análise só é possível quando se propõe manter essa dinâmica interacional entre o discurso e a teoria, ou seja, entre a interpretação e a descrição. (ORLANDI, 2009, p. 62-63)

A QUESTÃO ÉTICA NA PESQUISA EM PRISÕES

Ética é a palavra mais importante quando se adentra os portões do presídio e se consegue autorização para permanecer nas galerias em contato com os que vivem dentro e fora das celas, os habitantes da “instituição total”. A desconsideração dessa importância pode causar grandes prejuízos, tanto para os acautelados quanto para os funcionários e direção do presídio. Consistindo em um ambiente onde o que se vê pode assumir aspectos diferentes, dependendo

da posição de quem observa, é preciso que o pesquisador, ao interpretar o que ouve e vê, tenha atenção para considerar a maneira como os fenômenos são interpretados pelos sujeitos encarcerados, pelos funcionários, pela administração prisional, pelos professores e agentes voluntários que atuam no atendimento aos que habitam a prisão. Talvez por isso, vale dizer repetidamente que o silêncio talvez seja, dentro da prisão, a atitude mais ética.

Por se configurar como um espaço de tensão permanente, os habitantes da instituição prisional, não raro, percebem as situações de acordo com a pressão emocional do momento vivido. Uma mesma situação pode ser interpretada de diferentes maneiras, dependendo do lugar e da posição de quem a interpreta. Suponhamos que um agente penitenciário entre na secretaria da escola e converse, por alguns minutos, com uma das professoras. Do outro lado do pátio, pelo vão superior da parede de uma das celas, um dos prisioneiros observa a cena. Sabemos o que está sendo visto, mas é impossível saber como ele vê a cena.

A incursão etnográfica na prisão exige um conhecimento prévio das normas da instituição, mas também exige que o pesquisador se dispa dos seus juízos, que coloque entre parênteses os seus pré-julgamentos, para conseguir ver com mais clareza as situações. Algumas situações que presenciei durante a incursão etnográfica poderiam ser consideradas como uma transgressão à Declaração Universal dos Direitos Humanos. Todavia, ao analisar o contexto, a situação e as possibilidades de ação diante do que se configurava à minha frente, cheguei à conclusão de que a lógica que move o mundo aqui fora, em alguns casos, não é válida para o mundo intramuros. Não há uma regra geral, há situações imprevistas, há casos que não se enquadram na regra geral, por isso mesmo a angústia e o medo marcam o ambiente.

A recomendação mais importante para a pesquisa no presídio, repito, é transitar de forma silenciosa durante o período da pesquisa e, mais importante ainda, procurar ser racional e responsável após a saída do campo de pesquisa, despindo-se de paixões e escrevendo detalhes importantes e outros que não pareçam importantes, mas sempre da forma mais imparcial possível. Não somos repórteres, tampouco juízes: somos pesquisadores. Uma dose a mais de paixão pode criar algum equívoco ou má interpretação que, com certeza, vai gerar algum conflito para alguém que, talvez, não tenha dito o que ouvimos ou que não tenha feito o que acreditamos ter visto. Em segundo lugar, o pesquisador deve conter a sua capacidade de se emocionar e de se indignar, sob o risco de não conseguir finalizar o trabalho etnográfico. Somos observados, muito além da nossa capacidade de observar, e não será necessário um segundo deslize ético antes que as portas da unidade prisional se fechem para a pesquisa.

No período em que atuei como professora e algumas vezes quando foi possível uma entrevista desacompanhada do agente penitenciário, ouvi inúmeras denúncias e relatos de situações comprometedoras. Em situações assim, é preciso considerar que o sofrimento e o desgaste emocional, comumente, promovem uma certa distorção na forma de se perceber as situações. Assim, é necessário tentar se colocar no lugar do pesquisado para conseguir ver a situação pelo seu ponto de vista. Pode ser que a denúncia consista num fato que realmente esteja ocorrendo, mas também pode se tratar de uma percepção movida pela raiva, pelo medo, pela pressão emocional. E uma das situações que geram maior desgaste dentro das celas se refere à duração do tempo de quem está preso: o tempo tem uma duração maior, as sensações e cheiros adquirem um outro significado, e esse ambiente acaba exercendo uma significativa influência sobre as respostas que os encarcerados apresentam, por exemplo, em questionários e entrevistas. Assim, antes de analisar dados, respostas, e descrever aquilo que viu, o pesquisador precisa refletir sobre as implicações éticas que a exposição pode trazer, se vai comprometer os indivíduos pesquisados, se vai criar algum tipo de atrito nas interações dele com os funcionários e administradores da instituição prisional. Esse crivo ético pelo qual passa o diário de campo e todo o material recolhido pode deixar fora da pesquisa até mesmo informações importantes, que poderiam ser impactantes, mas que não podem ser comprovadas ou que podem trazer prejuízos para quem as forneceu.

Espaço de percepções contraditórias e de relatos que mudam de aspecto, dependendo da posição de onde se percebe as situações, nas etnografias realizadas no ambiente prisional é necessário colocar em suspenso a visão de cada grupo e, acima de tudo, considerar que também a minha interpretação ocorre influenciada pela posição que eu ocupo. É importante considerar que os sujeitos da pesquisa estão sob a tutela do Estado, o que, por si só, já é motivo suficiente para preservar sua imagem, sua identidade e, mais que isso, é preciso filtrar o que contaram em confiança, evitando publicar informações que poderiam lhes trazer algum tipo de problema junto à unidade prisional. Dessa forma, alguns relatos que parecem impactantes para a pesquisa, depois de uma análise dos benefícios e prejuízos que podem trazer para os sujeitos e para os outros atores envolvidos na pesquisa, podem ser excluídos, embora sejam importantes para a compreensão do contexto e contribuam para a consideração da situação num plano mais geral.

Poderia, enfim, sintetizar todas essas recomendações éticas a cinco conselhos fundamentais para a incursão etnográfica na prisão, com base na minha experiência no presídio de Cataguases: 1) Só inicie a etnografia depois que es-

tiver amparado nas teorias antropológicas que possam guiar seu olhar; 2) Apenas observe, pergunte, ouça e anote, com muita atenção. E esteja ciente de que, embora esteja desenvolvendo uma observação participante, você também é alvo de todos os olhares, está sendo observado e analisado pelos que vivem dentro e fora das celas; 3) Guarde para si as suas percepções (não as compartilhe, não manifeste opiniões sobre situações que ocorrem no ambiente prisional); 4) Ao chegar em casa, escreva tudo o que viu, ouviu e sentiu em seu diário de campo, com riqueza de detalhes. Vale ressaltar que essa escrita requer a reconstrução de cada momento vivido, e isso pode ser mais doloroso do que todas as impressões que você teve durante o dia de permanência nas galerias; e 5) Boa parte do seu diário de campo pode consistir em material impúblicável, por questões éticas. Em se tratando de algo muito relevante, talvez seja possível usar uma linguagem figurada para sugerir o que se pretende relatar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora os conceitos criados por Goffman, especialmente no que se refere às prisões, presentes na obra *Manicômios, prisões e conventos* (2019), tenham sido produzidos na década de 1960, a incursão etnográfica no Presídio de Cata-guases, mostrou claramente o quanto as teorias goffminianas continuam atuais. Em três meses de trabalho foram entrevistados 71% dos homens que habitavam as celas naquele período, o que tornou possível a identificação de várias características da “instituição total”, conceito apresentado por Goffman (2019) para explicar as instituições onde os internos realizam todas as suas atividades cotidianas, sem contato com o mundo exterior, o que os leva a um processo descrito como “mortificação do eu”. Se empenhar numa incursão etnográfica na prisão para tentar compreender o cotidiano de quem vive dentro das celas é um ato de coragem, exige resistência emocional e muito fôlego. Principalmente quando se percebe que ainda há prisões brasileiras que não romperam com os processos descritos por Goffman em sua obra, sendo ainda bastante comum a prática de violência física e psicológica como meio de exercer autoridade. Talvez pelo fato de a população carcerária ser constituída, em sua quase totalidade, por pobres e negros, o processo de mortificação é naturalizado em inúmeras instituições prisionais brasileiras, mesmo no século XXI. As marcas desse tipo de violência aparecem, muitas vezes, no que é dito e escrito pelos que vivem encarcerados.

A análise do discurso pecheutiana, tanto quanto as teorias interacionistas de Goffman, são caminhos importantes para quem tenta identificar e compreender os efeitos do encarceramento sobre a significação de mundo e a

construção da autoimagem dos encarcerados. A partir dessa breve apresentação, busquei expor os caminhos teóricos e metodológicos trilhados por mim na experiência etnográfica realizada em um presídio mineiro de pequeno porte⁴, com o propósito de contribuir, ainda que de forma simbólica, com os que iniciam agora sua trajetória acadêmica, considerando que há importantes nomes na pesquisa brasileira que se configuram atualmente como referências nos estudos sobre o cárcere no Brasil.

REFERÊNCIAS

- BLUMER, H. A natureza do interacionismo simbólico. In: MORTENSEN, C. D. (org). *Teoria da comunicação: textos básicos*. São Paulo: Mosaico, 1980. p. 119-137.
- CARDOSO, R. C. L. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, R. C. L. (org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. p. 95-106.
- GOFFMAN, E. *A representação do Eu na vida cotidiana*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. 9 ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- GOFFMAN, E. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Tradução: Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis: Vozes, 2011.
- JOAS, H. Interacionismo simbólico. In: GIDDENS, A.; TURNER J. (org.). *Teoria Social Hoje*. Tradução: Gilson C. Cardoso de Sousa. São Paulo: Editora Unesp, 1999. p. 127-174.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Etnografia como prática e experiência*. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 129-156. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832009000200006>.
- MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- NUNES, A. I. C. *Criminalizar para punir: a dinâmica de neutralização da juventude pobre e negra no Brasil*. Juiz de Fora: AICN, 2017.
- NUNES, A. I. C. (org.). *Poetas da Liberdade*. Cataguases: Edição do Autor, 2013.
- ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 5 ed. Campinas: Pontes, 2005.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi et al. 2 ed. Campinas: Editora Unicamp, 1995.

4 No período da pesquisa, o presídio de Cataguases tinha uma população carcerária de 180 homens, dentre os quais 71% foram entrevistados.